

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT

AUDIÊNCIA PÚBLICA

REQUERIMENTO Nº , DE 2004.
(Do Sr. Carlos Willian)

Requer sejam convidados o Ministro Da Saúde – Senhor Humberto Costa, o Diretor do Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia – Senhor Sérgio Côrtes, o Superintendente Regional da Polícia Federal – Senhor José Nilton Rodrigues e o Consultor Jurídico do Ministério da Saúde – Senhor Adilson Bezerra, para prestarem esclarecimentos sobre acusação de fraude e desvio de verba pública no Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia do Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 24, inciso XIV e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados o Ministro da Saúde – Senhor Humberto Costa, o Diretor do Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia – Senhor Sérgio Côrtes, o Superintendente Regional da Polícia Federal – Senhor José Nilton Rodrigues e o Consultor Jurídico do Ministério da Saúde – Senhor Adilson Bezerra, para que, em audiência pública a ser agendada, prestem esclarecimentos sobre fraude e desvio de verbas públicas, que ultrapassou a ordem dos cem milhões de reais no Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia.

JUSTIFICAÇÃO

Através de auditoria o Ministério da Saúde descobriu a existência de um esquema milionário de corrupção no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, conforme divulgado em matérias publicadas pelos Jornais O Globo e Jornal do Brasil, ambos do Estado do Rio de Janeiro. Foi divulgado que seis funcionários envolvidos em processos irregulares de licitação foram demitidos, um médico teve sua aposentadoria cassada e outro será suspenso por 90 dias. E tendo chegado ao meu conhecimento a denúncia dando conta dessas possíveis irregularidades, envolvendo prejuízos aos cofres públicos que passam dos cem milhões de reais, e sendo esta Casa responsável pela fiscalização destes recursos, sentimo-nos no dever de cobrar medidas adequadas para esclarecer toda e qualquer dúvida suscitada.

Assim, precisamos, primeiramente compreender a situação e as circunstâncias em que ocorreram os fatos elencados, e, posteriormente, usar com vigor a legislação pertinente. Vez que não se pode deixar sem resposta questões tão relevantes relacionadas ao uso dos recursos públicos. Torna-se pois urgente averiguar com profundidade este movimento.

Daí as razões do presente Requerimento de Audiência Pública que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das Comissões, em de outubro de 2004.

Deputado **CARLOS WILLIAN**